

## Sindicalistas cobram melhorias na minuta de PL para novo modelo da SDA



**D**irigentes do Anffa Sindical, delegados sindicais e filiados fizeram uma pausa na reunião do CDS (Conselho de Delegados Sindicais) que ocorre de 11 a 15 de dezembro em Brasília, com o secretário de Defesa Agropecuária, Luís Eduardo Pacifici Rangel. A pauta foi a minuta de PL (Projeto de Lei) sobre o modelo de secretaria a ser implantado na SDA.

Na oportunidade, os sindicalistas foram unânimes em criticar o documento elaborado pela empresa Neopública, consultoria contratada pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), e se mostraram contra a delegação de competências. O AFFA (Auditor Fiscal Federal Agropecuário) Álvaro

ro Viana fez uma avaliação técnica apurada sobre o documento, com um paralelo entre os resultados 1 e 2, que resultou na proposta ineficiente apresentada no documento 3.

Aos AFFAs, o secretário disse também não concordar com o texto da minuta da maneira como está e que a ideia inicial era submeter à crítica apenas dos diretores para depois fazer uma proposta da própria Secretaria, que será submetida ao crivo dos demais envolvidos no processo.

Rangel explicou ainda que o documento não era sigiloso, mas que ele gostaria de ter distribuído um documento já mais consistente do

que o que foi distribuído pelo sindicato entre os interessados exatamente devido à complexidade que o assunto tem. De toda forma, o secretário esclareceu que a minuta está sendo trabalhada no âmbito da SDA e que pretende entregar o resultado final ao ministro Blairo Maggi no final de janeiro.

O vice-presidente do Anffa Sindical, Marcos Lessa, pediu um prazo maior, uma vez que o Sindicato contratará uma consultoria para elaborar uma proposta que será trabalhada junto à base da entidade. A ideia é que o produto deste trabalho seja apresentado à alta gestão do MAPA.

Diário Oficial publica localidades contempladas no adicional de fronteiras

Pág. 2

Instituição Normativa do Vigiaagro é publicada mediante acordo entre Anffa Sindical e MAPA

Pág. 3



Maurício Porto - Presidente do Anffa Sindical

## Caros Auditores Fiscais Federais Agropecuários,

O ano de 2017 não foi fácil para o Brasil. Também poderia. Com a intensificação das crises política, econômica e, consequentemente, moral, em 2016, o que nos restou este ano foi salvar o que sobrou depois da tempestade.

No que diz respeito ao trabalhador brasileiro muito se perdeu neste ano de 2017. As próprias reformas previdenciária e trabalhista e – esta última já aprovada pelo Governo, alvos, inclusive, de AGNE pela nossa categoria, foram consideradas um retrocesso nos direitos adquiridos ao longo dos anos.

Além desses golpes, a adoção de programa de demissão incentivada e outras ações como o congela-

mento dos investimentos públicos por 20 anos, por meio da Emenda Constitucional 95, também contribuíram para desestabilizar ainda mais os trabalhadores, em especial os servidores públicos.

Tudo indica que ano de 2018 não será diferente. Apesar dos encalços, os AFFAs (Auditores Fiscais Federais Agropecuários) não se furtarão de lutar pelo que consideram importante para a carreira. Para isso, é de fundamental importância que estejamos uníssonos e confiantes diante do que virá pela frente. O momento é de esperança, mas, acima de tudo, de muito trabalho!

Que venha 2018! Boas Festas!

## Ministério do Planejamento divulga municípios que terão adicional de fronteiras

O Ministério de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão divulgou, no dia 20 de dezembro, a lista que define os municípios considerados localidades estratégicas para o recebimento do adicional de fronteiras, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e das outras carreiras contempladas pela Lei nº 12.855/2013.

A medida já que era aguardada, uma vez que, no início deste mês, depois de muita espera e negociações, o Decreto nº 9.277/17, que determina o pagamento de Indenização a cargos em carreiras que trabalham em região de fronteira foi publicado no Diário Oficial da União.

De acordo com a definição, das 167 localidades encaminhadas ao MAPA pelo Anffa Sindical como áreas fronteiriças de atuação dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (AFFAs), somente 27 foram listadas. Com isso, a Diretoria

Executiva Nacional estuda meios de viabilizar o acréscimo das cidades restantes ou, pelo menos, a sua equiparação com a listagem de outras carreiras, como a da Receita Federal do Brasil, contemplada com 104 municípios.

“Essa lista não contempla as localidades previamente encaminhadas por nós ao MAPA e ao Planejamento e, agora, o Sindicato tentará viabilizar o acréscimo das cidades restantes”, afirma Porto.

A Direx avalia a lista e já articula, junto à Direx, as ações que deverão ser tomadas para solucionar a questão.

“Primeiramente, iremos questionar o MAPA o porquê de os AFFAs terem sido contemplados com tantas cidades a menos do que o acertado e verificar a possibilidade de entrar com alguma ação imediata para equiparar a nossa lista com a lista de outras carreiras, como a da Re-

ceita Federal do Brasil, que teve 104 cidades fronteiriças selecionadas”, afirma o diretor de Assuntos Jurídicos, Márcio Squilassi.

**Histórico** - O adicional é um incentivo aos que trabalham nas regiões mais inóspitas do país, em localidades onde os servidores lá lotados, na maioria dos casos, não têm acesso a serviços básicos e estão sujeitos a condições laborais precárias.

A Lei 12.855, que cria a Indenização de Fronteira, foi aprovada há quatro anos. Porém, apesar de intensa luta dos servidores públicos, faltava a regulamentação da norma para que as regras passassem a ser efetivadas. Ao longo de todo este período, além de incluir o assunto na pauta de negociação, o Sindicato trabalhou sistematicamente para que a Indenização de Fronteira saísse do papel, tendo o assunto sido alvo de várias manifestações e debates



## IN do Vigiaagro é publicada conforme acordo entre Sindicato e MAPA

**A**pós trabalho conjunto entre o Anffa Sindical e o Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento), a categoria dos AFFAs (Auditores Fiscais Federais Agropecuários) pode comemorar a publicação, no Diário Oficial da União, da Instrução Normativa nº 39, que define regras no que diz respeito ao funcionamento do Vigiaagro (Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional), incluindo os procedimentos técnicos, administrativos, de controle e fiscalização a serem executados nas operações de comércio e trânsito internacional de produtos agropecuários nos portos, aeroportos e fronteiras do Brasil. A nova regulamentação passará a valer em 9 de abril de 2018.

De acordo com o vice-presidente do Sindicato, Marcos Lessa, a maneira como o texto saiu denota o reconhecimento da importância da ação da categoria na vigilância internacional, pois mantém as atribuições dos AFFAs, da maneira como deve ser.

“Essa vitória deve inclusive ser motivo de observação para que não venham ocorrer futuras mudanças relacionadas às atribuições já delegadas à nossa carreira. Cuidar das nossas prerrogativas é valorizar o cargo e esse é o nosso papel”, disse Lessa.

Endossando a preocupação do vice-presidente do Anffa Sindical, o coordenador-geral do Vigiaagro, Auditor Fiscal Agropecuário Fernando Mendes, acrescentou que este é não só um esforço do Mapa de reposicionar a fiscalização agropecuária internacional, de maneira a torná-la mais ágil, célere, inteligente e eficiente, mas também de fortalecê-la juntamente com a carreira que está a ela vinculada, que são os AFFAs.

Afinal, segundo ele, com a nova IN, o AFFA será muito melhor aproveitado diante de atribuições mais complexas, consideradas operações de alto risco, o que, automaticamente, também contribui para fortalecer cada vez mais a área da vigilância agropecuária internacional.

O coordenador do Vigiaagro também sinalizou para a importância de o Sindicato estar sempre atento às demandas, junto ao Ministério, que contribuem para a valorização da carreira. “A defesa agropecuária é conduzida, planejada e estruturada pelos AFFAs. São eles os protagonistas. Por isso, a contribuição do Sindicato é muito significativa para dar robustez às nossas ações”, ressaltou Fernando.

**O que muda** – De acordo com o coordenador do Vigiaagro, as ações do Vigiaagro estarão calca-

das no maior uso da Tecnologia da Informação, com as bases de sistemas do Governo, e ainda em ações de inteligência de gerenciamento de risco.

A nova legislação também permite a criação de canais de inspeção, conforme já ocorre nas ações da Receita Federal do Brasil, onde tudo que é importado e exportado é separado em canais diferenciados por cores que determinarão os procedimentos a serem executados.

Por exemplo, de acordo com a IN 39, no caso do canal vermelho, serão conferidos a parte física e a documentação de determinado produto. No canal amarelo, somente a questão documental. Já o canal verde ficará reservada a operações com histórico baixo de risco sem verificação.

“O que gostaria de frisar é que com essas mudanças o AFFA ganhará muito mais tempo e agilidade nas suas atribuições rotineiras. Tais novidades não só melhorarão a vida laboral desses profissionais, como fará com que eles nos ajudem a direcionar melhor os nossos esforços para uma defesa agropecuária exemplar, condizente com as necessidades reais do mercado”, concluiu.

## STF suspende adiamento de reajustes e aumento de alíquota para servidores

**O** ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski deferiu parcialmente a Medida Cautelar do PSOL contra o aumento de 11% para 14% da contribuição social dos servidores públicos e a pos-

tergação dos reajustes acordados com o Governo. A decisão deverá ser submetida ao crivo do Plenário da Corte, em 2018, após recesso. Até lá, fica suspensa a eficácia de artigos da Medida Provisória 805/2017.

Para o diretor de Assuntos Jurídicos do Anffa Sindical, Márcio Squilassi, com as últimas sentenças favoráveis cresce a expectativa de que “essa decisão liminar seja sancionada definitivamente no STF”.





Prezado Filiado,

**M**ais um ano se aproxima de seu final, um ano tenso no sentido de que constantemente somos ameaçados por ingerências de outras categorias, diga-se de passagem, fomentadas pelo próprio mapa, tentando nos tolher de atividades previstas na atual legislação, não podemos nos esquecer que mesmo aposentados quando a categoria perde, por consequência, todos perdemos, não tendo importância estratégica como categoria de atividade típica de estado, nosso poder na negociação fica prejudicado.

Não bastasse isto, a famigerada MP 805 que além de congelar nossos salários, nos impõe um desconto maior na alíquota da previdência passando dos atuais 11% para 14%.

Caro filiado, é de fundamental importância que todos procurem suas delegacias Sindicais com objetivo de buscar informações, participar das discussões da categoria, das assembleias, darem suas opiniões, cobrar das Delegacias Sindicais, Direx e Conselho de delegados Sindicais atitudes que entendam convenientes em prol do Sindicato.

Mesmo com este cenário preocupante no momento, temos esperanças que tudo ocorra no sentido de que nossos objetivos sejam alcançados, mas para isso temos que nos unir, cobrar a ação dos

políticos que nos representam, enfim, uma participação efetiva como cidadão.

Gosto sempre de lembrar a todos, a nossa saúde e de nossos familiares são os bens mais preciosos que dispomos.

•Pessoal, temos a necessidade de fazer a ANFFA (Associação Nacional), voltar a funcionar, sob a hipótese do "PROCESSÃO"- Precatório da GDAFA, ficar prejudicado.

Foi a ANFFA que em 2001 iniciou o processo e tem que terminar com ela. As AFAMA's que ainda estão funcionando ,tem que eleger uma Diretoria para dar prosseguimento.

•A nossa homenagem aos aposentados e pensionistas que completam mais de 90 anos.

- OSIAS ARAUJO DA ROCHA

-PAULO ROBERTO MARTINS DA ROCHA

-PLINIO VIEIRA PINHEIRO

-RAIMUNDO DE OLIVEIRA

-RAIMUNDO MILTON COELHO

-RODRIGO LOPES DE ALMEIDA

-ROSA MARIA FERREIRA FARIA

-RUTH FERREIRA

-SEBASTIÃO FAZOLARI

-SILVIA PELLAZZO BASBOSA

-SUSUMU IMAGUIRI

-THEREZA GUERBER FRANCA

-VICTORIO EMANOEL CONSTANTINO CODA

-WANDA AMORIM JOVIANO

-WILDET SILVA AMORIM

-ZALDO ALVES DE LIMA

-ZULDGARD BASTOS DA SILVA PITANGUEIRA

Continuemos Juntos em 2018!

## ERRATA

Na edição de novembro divulgamos o sobrenome do diretor de Aposentados e Pensionistas Clóvis Fantoni como sendo Clóvis Santoni. Pedimos desculpas aos nossos leitores pelo equívoco.



Clóvis Fantoni

61 999872803

José Luiz Castilhos

61 991350867

E-mail:

aposentados@anffasindical.org.br

